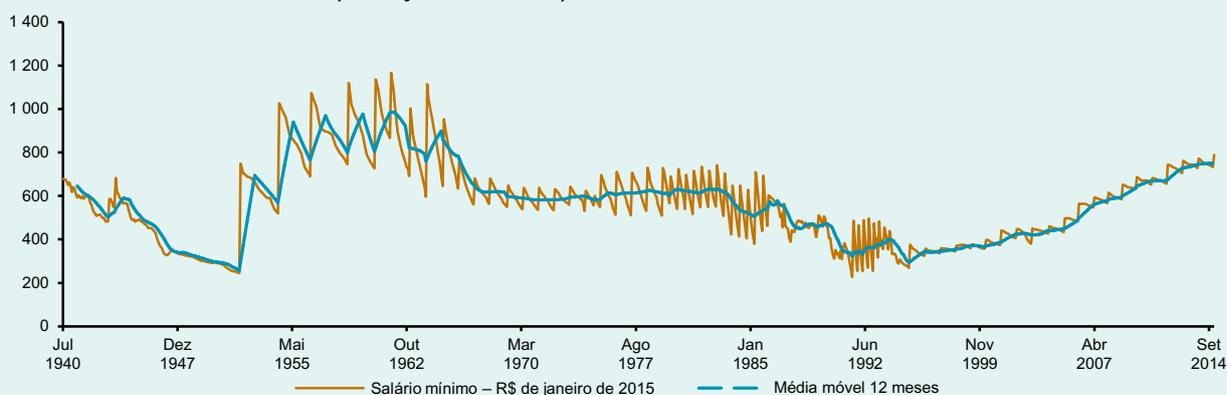


## Impacto do Salário Mínimo sobre os Rendimentos do Trabalho: uma abordagem regional

A política de valorização do salário mínimo repercute sobre o poder de compra dos trabalhadores em geral e dos beneficiários da previdência social. Nesse cenário e com foco regional, este boxe analisa elasticidades de distintos estratos de salários da economia relativamente a variações do salário mínimo; bem como em que medida os aumentos reais dos rendimentos do trabalho exercem pressões sobre custos de produção e de investimentos.

O poder de compra do salário mínimo<sup>1</sup> em janeiro de 2015 é o maior desde agosto de 1965, superado apenas pelo registrado no período de julho de 1954 a julho de 1965 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Salário mínimo real (R\$ de janeiro de 2015)



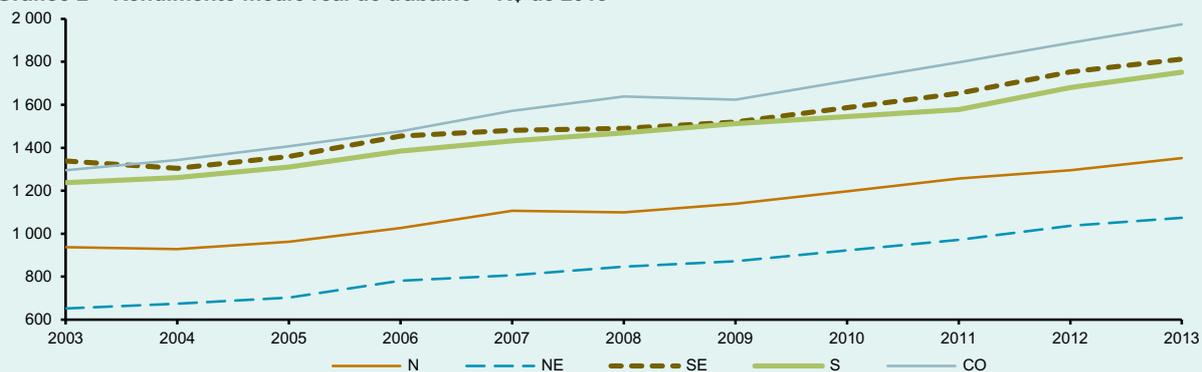
Obs.: Deflatores – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE a partir de março de 1979. Para períodos anteriores, foram utilizados o IGPC-Mtb (jan/1948-mar/1979), o IPC-RJ/FGV (jan/1944-jan/1948) e o IPC-SP/Fipe (jul/1940-jan/1944)

Não surpreende, portanto, que o rendimento médio real do trabalho<sup>2</sup> venha crescendo há vários anos, em todas as regiões (Gráfico 2). De 2003 a 2013, por exemplo, os aumentos médios anuais

1/ Corrigidos pelo deflator obtido no IPEADATA: Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-SP/Fipe) de julho/1940 a janeiro/1944); Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (IPC-RJ/FGV) de janeiro/1944 a janeiro/1948); Índice Geral de Preços ao Consumidor do Ministério do Trabalho (IGPC-MTb) de janeiro/1948 a março/1979) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de março de 1979.

2/ Os dados de rendimento médio real do trabalho foram extraídos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, e corrigidos pelo INPC do IBGE.

Gráfico 2 – Rendimento médio real do trabalho – R\$ de 2013



Fonte: PNAD/IBGE e IPEADATA

desses rendimentos atingiram 5,1% no Nordeste; 4,3% no Centro-Oeste; 3,7% no Norte; 3,5% no Sul; e 3,1% no Sudeste.

Especificamente na indústria, as elevações reais dos rendimentos do trabalho não têm sido acompanhadas por aumento do pessoal ocupado, conforme a Figura 1<sup>3</sup>. Verifica-se que, de 2012 a 2014, a população ocupada (PO) na indústria diminuiu em todas as regiões, e o custo unitário do trabalho (CUT) aumenta.

Nesse contexto, vale investigar em que medida os aumentos do CUT são influenciados pelos aumentos reais do salário mínimo. A Figura 2, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apresenta as distribuições da PO em 2003, por faixa de renda (no país e nas regiões), assim como as elasticidades médias (de 2003 a 2013) do rendimento médio em cada faixa ao salário mínimo, ambos em valores reais.

No país, o rendimento da PO com renda de até um salário mínimo cresceu 52% a mais do que o salário mínimo (36% no Norte; 48% no Nordeste; 49% no Sul; 56% no Centro-Oeste; e 60%, no Sudeste). De maneira análoga, o aumento dos rendimentos da faixa de um a um e meio salário mínimo superou o do salário mínimo em 1%, no país (6% no Nordeste, Sul e Centro-Oeste).

A análise das elasticidades indica, portanto, que elevações reais dos rendimentos do trabalho em anos recentes – em especial nas faixas de menor rendimento – foram determinadas, em parte, pela valorização do salário mínimo. Nesse

3/ Dados para a indústria geral (indústria extrativa mais indústria de transformação) da Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário (Pimes) do IBGE.

**Figura 1 – Ocupação e Custo Unitário do Trabalho na indústria geral**



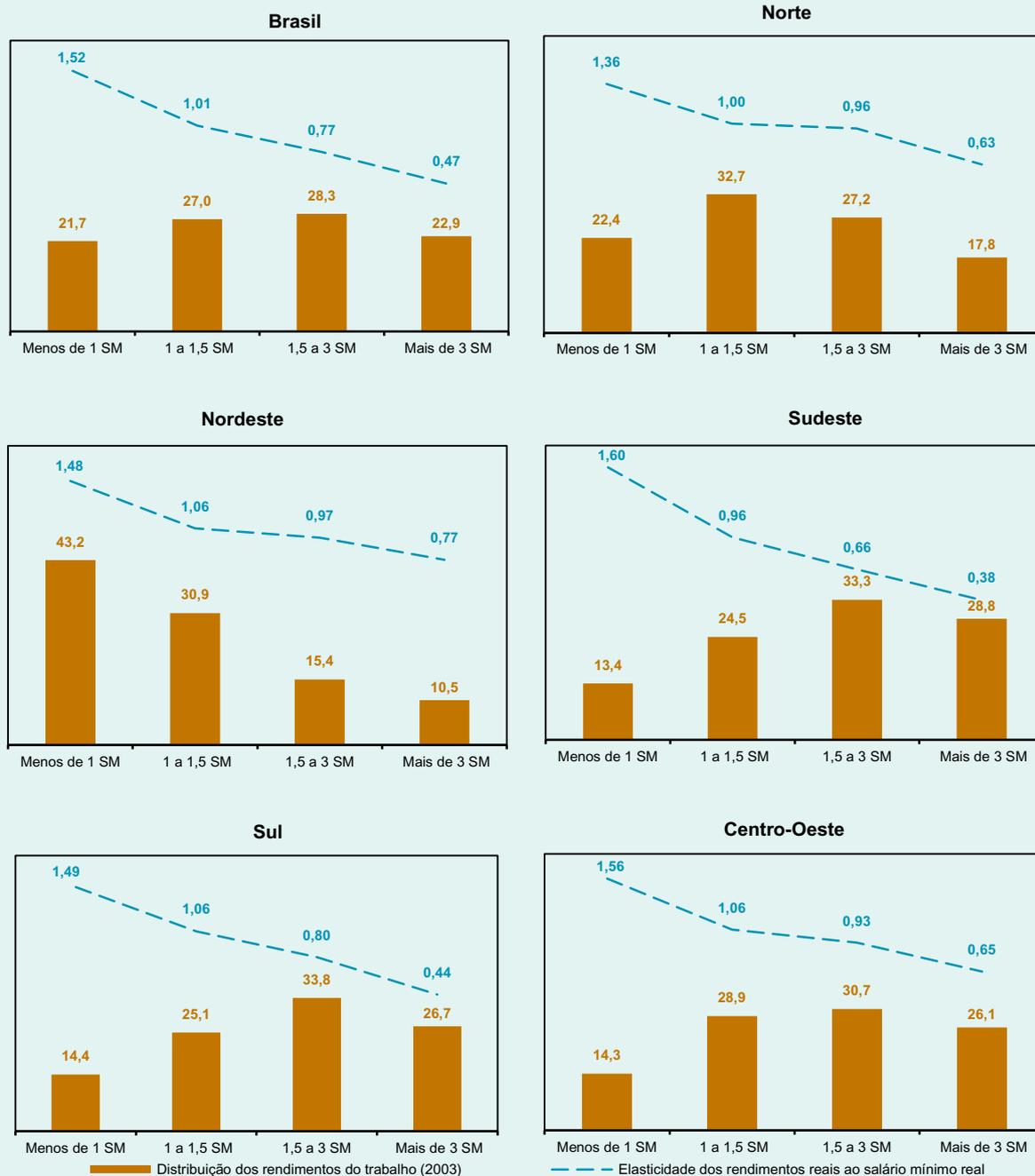
Fonte: Pimes/IBGE

cenário, houve aumento da participação da renda do trabalho no valor adicionado da economia, e, dada a persistência do movimento, é plausível afirmar que também houve repasse aos preços.

A evolução do indicador que relaciona rendimentos médio do trabalho e valor adicionado por trabalhador<sup>4</sup> (Gráfico 3) mostra que os

4/ Os dados de rendimento médio real do trabalho foram extraídos da PNAD, do IBGE, de 2003 a 2013, e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, de setembro de 2013 e de 2014, e corrigidos pelo INPC do IBGE. Em relação ao denominador (VAB/PO): o Valor Adicionado Bruto (VAB) foi construído a partir de dados das Contas Regionais, do IBGE (para 2003 a 2010) e do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR), do Banco Central (para 2011 a 2014); e a PO foi obtida da PNAD, do IBGE, de 2003 a 2013, e da PME, do IBGE, de setembro de 2013 e de 2014.

**Figura 2 – Rendimentos: distribuição e elasticidade ao salário mínimo**

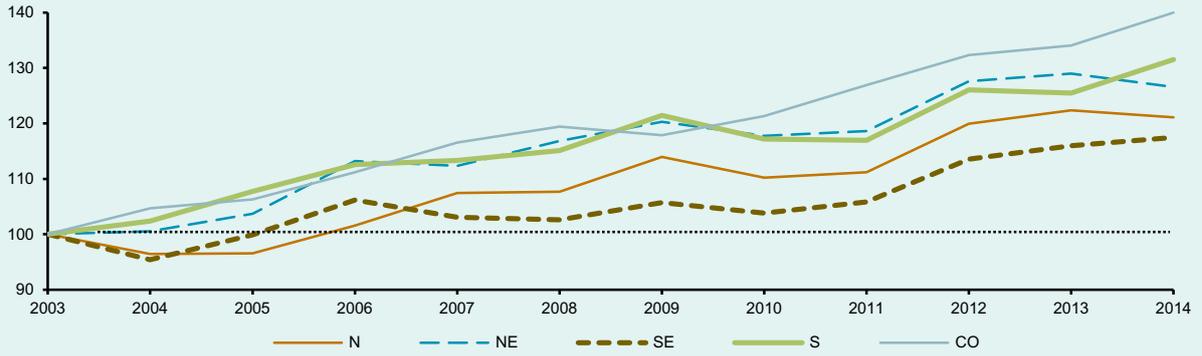


Fonte: PNAD/IBGE

rendimentos do trabalho aumentaram, de 2003 a 2014, em todas as regiões, oscilando de 17% no Sudeste a 40% no Centro-Oeste.

Em linhas gerais, na amostra analisada neste boxe, identificaram-se trajetórias crescentes para o salário mínimo e o rendimento médio real do trabalho, em todas as regiões. As elevações reais dos rendimentos do trabalho não têm sido acompanhadas, na indústria, por aumento do

**Gráfico 3 – Rendimento do trabalho por valor adicionado**



Fontes: PNAD/IBGE, PME/IBGE, IPEADATA, Contas Regionais/IBGE e IBCR/BCB.

pessoal ocupado, sugerindo – conforme a análise das elasticidades – que aumentos reais do salário mínimo foram responsáveis, em parte, pelo crescimento da participação dos rendimentos do trabalho no valor adicionado. Por fim, plausível afirmar que os aumentos de custo de mão de obra ao menos em parte foram repassados aos preços.